

SEDES

POR UMA ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E RESILIÊNCIA DO SISTEMA SOCIAL

A SEDES defende uma democracia com economia de mercado e pugna por um Portugal com ambição de crescimento económico e uma sociedade mais justa.

Nunca deixou de intervir em momentos cruciais da vida do País, pelo que vem tornar pública a sua posição perante a maior recessão dos últimos 100 anos associada à maior crise epidémica desde 1918.

A gravidade e o cuidado que merecem a situação atual e os problemas do país não podem ser ignorados. Os elevados níveis de incidência da pandemia, a lentidão na abertura da economia e dependência de setores (como o turismo) que registarão uma lenta recuperação, associados aos níveis elevados de endividamento da economia e do Estado, e às fragilidades que se antevêm em face do nível de moratórias e do previsível aumento do crédito malparado, não podem deixar nenhum português consciente indiferente.

Para sairmos desta situação é fundamental:

Em primeiro lugar, terminar com a pandemia alcançando a imunidade de grupo através de uma campanha de vacinação;

Em segundo lugar, adotar uma estratégia de recuperação da atividade económica e resiliência social, combinando ajudas financeiras, investimentos públicos e incentivos às empresas e famílias;

Além disso, adotar um conjunto de profundas reformas e novas políticas económicas que levem ao arranque do crescimento económico, invertendo sustentadamente a nossa trajetória para a cauda da União Europeia;

Por fim, e em paralelo, assegurar que esse crescimento económico é social e territorialmente inclusivo, e que o país fica dotado das infraestruturas e das políticas necessárias para que futuras crises de saúde pública como a atualmente vivida não terão um impacto humanitário ou económico sequer comparável ao atual.

Para poder realizar estes objetivos, terão de ser utilizados de forma eficiente e eficaz os fundos colocados à disposição pela UE, que constituem a última oportunidade que o País

tem de utilizar um envelope financeiro de elevada dimensão. Para tal, é necessário antes do mais, ter consciência que o facto de se dispor de um montante de 50 a 60 mil milhões de Euros de transferências oficiais para a década de 2021 a 2030, equivalente a 25-30% do PIB de 2020, não significa que os rendimentos dos portugueses cresçam de forma a aproximarmo-nos da média da UE. Esse desiderato exige muito mais do que isso. Exige políticas orientadas ao crescimento e ao reforço da competitividade do aparelho produtivo nacional.

Na década de 2000 a 2010, o País beneficiou de um influxo de recursos financeiros de 147 mil milhões de Euros, equivalentes a 93% do PIB, que incluem os elevados recursos privados intermediados pela banca, enquanto que o rácio PIB per capita em relação à média da UE-27 baixou de 2,4 pontos percentuais. Temos, pois, de aprender com os erros do passado.

Enquanto que os ritmos de vacinação dos EUA, Reino Unido e Israel irão permitir alcançar a imunidade de grupo entre abril e julho de 2021, concretizando os respetivos planos oficiais, a UE está atrasada, com uma taxa de vacinação inferior a um quarto do planeado, não sendo estimável, mesmo com aceleração no segundo semestre do ano, que se consiga conter a pandemia antes do início de 2022. As consequências em vidas e nas economias não poderão deixar de ser muito negativas. É, pois, necessário e urgente adotar medidas, cuja promoção cabe em primeira linha à presidência portuguesa, e para cuja concretização são igualmente indispensáveis os esforços da Comissão Europeia e eventualmente da indústria farmacêutica.

O programa de recuperação económica tem de ser baseado na recuperação da capacidade produtiva das empresas e no retorno dos trabalhadores a plena atividade. Os setores do turismo, hotéis, restauração e similares terão de ter apoios por mais tempo, devido à demora no regresso a uma situação normal. Nos restantes setores será necessário que o Estado disponibilize recursos para estender empréstimos, pagamento de impostos ou moratórias, para evitar a insolvência de empresas viáveis por problemas de liquidez. Em particular, o setor bancário poderá ter necessidade de ser recapitalizado devido às perdas decorrentes da crise pandémica. Os recursos a mobilizar para a manutenção do emprego poderão também ter de ser consideráveis, e absorver uma parte substancial dos fundos comunitários.

Os programas de crescimento económico devem basear-se no apoio à manutenção e expansão da capacidade instalada, bem como ao reforço da produtividade. Num país do estado de desenvolvimento de Portugal, o crescimento deve ser baseado no aumento da produtividade dos fatores, impulsionado pela inovação que leve a uma melhoria do conteúdo tecnológico das indústrias e dos serviços, com uma forte componente das exportações.

Não cabe ao Estado selecionar os setores, nem especificar os subsetores, onde investir, e muito menos privilegiar aqueles que não têm uma base tecnológica no País. O investimento deverá naturalmente encaminhar-se para setores com competitividade comprovada, onde o país tem vantagens comparativas, e para operadores de mercados virados para o exterior. Deve haver o máximo cuidado em apostas centralmente dirigidas e baseadas em Tecnologias imaturas. Também não podem repetir-se erros do passado, em que apostas dessa natureza (designadamente no setor da Energia) se traduziram em desperdício de recursos e diminuição da competitividade das empresas, bem como sacrifício do bem-estar das famílias.

O Estado deve concentrar-se nos investimentos em investigação desenvolvimento, na ligação das universidades às empresas, no investimento em infraestruturas públicas da saúde e educação, nos transportes e no treino e formação da mão-de-obra, na regulação, e na canalização dos incentivos através de subsídios e impostos para os agentes económicos e projetos que promovam transversalmente a modernização tecnológica, incentivem os investimentos produtivos e atraiam investimento direto estrangeiro.

O Plano de Recuperação e Resiliência em discussão pública não tem suficiente evidência de que responde às recomendações do Conselho Europeu sobre o Mecanismo dos Desequilíbrios Macroeconómicos, nem se apresenta orientado a uma estratégia de crescimento económico e de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Nele não são perceptíveis, nem uma visão estratégica ambiciosa para um crescimento robusto, nem medidas de política com fundamento técnico e científico suficientes.

Para progredirmos devemos adotar políticas inspiradas e fundamentadas nas melhores práticas internacionais. Por exemplo, na digitalização, deveríamos modernizar os processos industriais, estender centros de tecnologia e equipar escolas, universidades, laboratórios e centros de investigação, como a Alemanha através do plano Indústria 5.0 está a introduzir métodos de Inteligência Artificial, Impressão 3D e *Big Data*, em vez de desperdiçar recursos em estéreis ações de divulgação. Na investigação e desenvolvimento as práticas de Israel como *“start-up nation”*, e outros igualmente poderão servir de paradigma.

Na política energética importa combinar uma transição justa e equilibrada com a competitividade da economia. A este nível não se pode ignorar que Espanha propõe-se reduzir o custo da eletricidade em 30% até 2030. Em Portugal, tem-se vindo a fechar centros de produção que implicam destruição de valor que supera os recursos que o Plano de Recuperação via aportar à energia.

Para desenhar essas políticas, os planos de médio e longo prazo deveriam ser produzidos por um sistema eficiente de planeamento do Estado, em cooperação com associações de empresas e centros de investigação, capazes de definir uma estratégia de crescimento,



envolvendo todos os *stakeholders*, como países como acontece em países como a Suécia, a Holanda, a Alemanha ou o Reino Unido. Essas políticas e os respetivos programas devem basear-se no conhecimento pluridisciplinar, e contar com o apoio dos especialistas mais qualificados.

Não se podem dispersar os gastos e investimentos em dezenas de programas e pequenos projetos, sem teorias de políticas públicas testadas e com evidência empírica científica comprovada. Os projetos devem ser submetidos a uma análise rigorosa de custos-benefícios, para evitar os problemas da má afetação de recursos, que reduziram significativamente o crescimento económico nas duas décadas passadas.

Além disso, a discussão nunca deveria centrar-se apenas em uma parte reduzida dos programas públicos. Apenas uma visão integrada dos diferentes programas, desde o Programa de Recuperação e Resiliência ao Programa Plurianual Financeiro dos fundos comunitários de 2021-2027 (Portugal-2030), permite fazer uma apreciação fundamentada da política económica.

Em conclusão, o país precisa de uma nova visão estratégica para a recuperação, que fortaleça as empresas e as instituições de forma a relançar o crescimento com metas ambiciosas através da modernização tecnológica e utilizando as melhores técnicas e as melhores práticas internacionais, para evitar uma nova crise financeira.

Finalmente, a Sedes considera crucial que se assegure um sistema de transparência, auditoria e controle de gastos, que permita aos portugueses, comunicação social e sociedade civil, acompanhar o desenvolvimento dos projetos e impedir o desperdício de recursos que são de todos e não de apenas alguns. O combate à corrupção e ao desvio das boas práticas de decência e ética, deve pautar conduta a República. A SEDES apela ao envolvimento da sociedade na discussão e melhoria do Plano, em particular daqueles que pelo seu conhecimento e experiência mais poderem contribuir para a sua melhoria, mas acima de tudo ao envolvimento de todos os cidadãos numa causa comum que é a desenvolvimento e crescimento económico do país.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2021

Álvaro Beleza
Presidente do Conselho Coordenador da SEDES